



## CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO (MBRN)

### Memória da 28ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro - MBRN

**DATA/HORÁRIO:** 25 a 27 de julho de 2023 às 9h.

**LOCAL:** Híbrido: Fundação (presencial) e videoconferência

### PROGRAMAÇÃO

#### 1º DIA – 25 de julho de 2023 (terça-feira) - dia todo

08h30	Café da manhã
09h00	<b>Abertura</b> – Marco Antônio Vaz de Lima – Presidente do Conselho
09h10	Apresentação dos participantes
09h30	<b>Encaminhamentos da 27ª reunião do Conselho e distribuição da Ata impressa para participantes que não puderam lê-la digitalmente</b> – Marina Antongiovanni
09h40	<b>Atualizações sobre o Projeto Rotas e Pegadas</b> – Fabiano Silva (FVA)
10h00	Dúvidas e sugestões
10h10	<b>Monitoramento e ações do LabGeo</b> – Heitor Paulo Pinheiro (FVA)
10h30	Dúvidas e sugestões
10h40	Intervalo
10h50	<b>Saúde das populações rurais ribeirinhas do baixo rio Negro</b> - Fernando José Herkrath (Fiocruz)
11h20	Dúvidas e sugestões
11h40	<b>35 anos de Mudanças na Paisagem do MBRN</b> - Marcelo Santos Junior (FVA)
12h10	Dúvidas e sugestões
12h30	<b>Exibição do Documentário Art&amp;Com Saúde</b>



13h00	Almoço
14h30	<b>Dinâmica: Cenários futuros prováveis para o Mosaico do Baixo Rio Negro</b> – Marianna Birmoser Ferreira-Aulu (Universidade de Turku - Finlândia)
16h00	Merenda
16h20	<b>Dinâmica</b> (continuação)
18h00	Encerramento



**2º DIA – 26 de julho de 2023 (quarta-feira) - dia todo**

08h30	Café da manhã
09h00	<b>Abertura</b> – Marco Antônio Vaz de Lima – Presidente do Conselho
09h10	<b>Crédito rural, Pronaf e outros benefícios para a agricultura familiar e extrativismo em UCs</b> – Emily Gentil Vinhorte (IDAM)
09h40	Dúvidas e sugestões
10h00	<b>Competências e Ações da Amazonastur para o Desenvolvimento do Turismo no Amazonas.</b> - Emmanuelle Pampolha (Amazonastur)
10h30	Dúvidas e sugestões
10h50	Intervalo
11h00	<b>Cidade Inteligente e outras ações da Secretaria de Turismo</b> - Vera Lúcia Garrido da Silva Filha (Secretaria Municipal de Turismo de Novo Airão)
11h20	Dúvidas e sugestões
11h40	<b>Resumo das atividades de turismo do Projeto Rotas e Pegadas</b> – Pedro Nassar (IDSM)
12h00	Dúvidas e sugestões
12h20	<b>Caça e monitoramento de vertebrados terrestres na RDS Rio Negro</b> - Dayse Swelen da Silva Ferreira – (Doutoranda do INPA)
12h40	Dúvidas e sugestões
13h00	Almoço
14h30	<b>Dinâmica: Cenários futuros prováveis para o Mosaico do Baixo Rio Negro</b> – Marianna Birmoser Ferreira-Aulu (Universidade de Turku - Finlândia)
16h00	Merenda
16h20	<b>Dinâmica</b> (continuação)
18h00	Encerramento



**3º DIA – 27 de julho de 2023 (quinta-feira) - manhã**

08h30	Café da manhã
09h00	<b>Abertura</b> – Marco Antônio Vaz de Lima
09h10	<b>Regulamentação quanto à navegabilidade e moradia nas águas do Rio Tarumã-Açu</b> – Angeline Amorim (SEMMAS/Manaus)
09h30	Dúvidas e sugestões
09h50	<b>Plano de Educomunicação e outros informes</b> - Marcos Pinheiro (FVA)
10h10	Dúvidas e sugestões
10h20	Intervalo
10h30	<b>Relatório da gestão atual da ACS Rio Negro</b> – Viceli Siqueira da Costa (ACS)
10h50	Dúvidas e sugestões
11h00	<b>Atividades da CAMURA 2022 e 2023</b> – Ian Leite do Santos (CAMURA)
11h20	Dúvidas e sugestões
11h30	<b>Aprovação da Ata da 27ª Reunião do Conselho do MBRN</b>
11h50	<b>Informes</b> 1. Proposta para a composição do Conselho – Marco Antônio Vaz Lima 2. Outros informes
12h20	Encerramento
13h00	Almoço



Unini, com algumas atividades de capacitação com os manejadores pendentes; d) apoio ao manejo do peixe ornamental na RDS Amanã, liderado pelo IDSM e em vias de conclusão; 5) Apoio ao ordenamento do turismo com botas na APA Margem Direita do Rio Negro, atividade liderada pela AMPA, com uma série de capacitações junto aos flutuantes a serem realizadas durante este segundo semestre; 6) Desenvolvimento do aplicativo PEGADAS voltado para a Gestão da Economia Familiar, em andamento com previsão de lançamento em Setembro do corrente ano; 7) Monitoramento de Riscos Socioambientais e Elaboração de Cenários, em andamento e, com o apoio da UNESCO, estende-se para toda a área da Reserva da Biosfera. O Marcelo Brasa irá apresentar o estudo realizado neste componente, concluindo este produto; 8) Apoio à Governança e Secretaria Executiva do MBRN, possivelmente podendo ocorrer mais uma reunião do MBRN, sem o apoio da Secretária Executiva Marina Antongiovanni da Fonseca. Fabiano ressaltou que grande parte do projeto já foi executado, havendo pequenas pendências em execução e espera que na próxima reunião apresente o resultado do projeto já concluído. Claus Pfeiffer (Amazonas Cluster) questionou sobre a captação de recurso para continuidade das ações do MBRN e Fabiano disse que ainda não há qualquer arranjo de financiamento tangível para a manutenção da governança do MBRN a partir de 2024. Nailza Porto (IPÊ) perguntou como será a dinâmica de atualização do aplicativo PEGADAS e Fabiano esclareceu que o PEGADAS se configura como um aplicativo de apoio à gestão doméstica de comunidades ribeirinhas tradicionais, não estando inserido ainda diversos componentes, dentre eles, informações referentes ao turismo, por conta de captação de recurso. Havendo possibilidade de financiamento, novos componentes serão inseridos no aplicativo. Em tese, cada pessoa usará o aplicativo individualmente para benefício próprio, não sendo um aplicativo de monitoramento onde é necessário a entrada regular de informações. No momento, Fabiano informou que o foco é trabalhar na construção da política de dados e no refinamento da interface homem-máquina e no final de Agosto ocorrerá uma reunião com os 27 comunitários envolvidos na fase de teste do aplicativo para validar a última versão de teste do PEGADAS antes de estar disponível para uso. Marco Antônio perguntou se na presente reunião os produtos do projeto Rotas e Pegadas serão validados pelo Conselho do MBRN e Fabiano esclareceu que o Marcos Pinheiro irá apresentar o relatório do Plano de Educomunicação e o Marcelo Brasa apresentará o resultado de sua análise que são componentes do projeto. O que ficar pendente, será apresentado na próxima reunião, como o site de turismo e do MBRN, o aplicativo PEGADAS na versão final e demais produtos são específicos como o Termo de Compromisso do PARNA Anavilhanas que será validado no Conselho Consultivo do PARNA Anavilhanas. Ao final do projeto, Fabiano fará uma apresentação geral com todos os resultados alcançados do projeto Rotas e Pegadas.

Sobre o **Monitoramento e ações do LabGeo**, Heitor Paulo Pinheiro (FVA) apresentou como resultado a segunda Nota Técnica do Projeto que trata o monitoramento ambiental como uma ferramenta de gestão territorial no baixo rio negro, onde compara dados de foco de calor, etc. ao longo dos anos. Também, foram produzidos uma série de Boletins com informações sobre riscos ambientais no território do MBRN, como o ciclo das águas, focos de calor. Heitor falou sobre a Rede Nacional de Brigada Voluntária, onde vem sendo realizado a capacitação de Brigadas Voluntárias no MBRN, para combate de incêndios florestais e esta iniciativa projetou o Estado do Amazonas como sendo o segundo do Brasil em maior número de Brigadas Voluntárias capacitadas. Heitor falou que os encontros da Rede ocorrem em Brasília e, o próximo ocorrerá em Alter do Chão, onde será tratada a questão do manejo integrado do fogo onde se buscará desenvolver uma estratégia federal de implementação do voluntário em âmbito nacional, com uma legislação federal, lembrando que existe legislação que permite o uso do fogo. Com a contrapartida da UNESCO, vem sendo feita a estruturação de todas as Brigadas com equipamentos necessários para combate ao incêndio florestal, EPI. Fabiano chamou a atenção que, para o próximo ano, é possível que haja tendência de incêndios florestais mais críticos por conta do El Niño, requerendo a atenção e alerta de todos para que se evite que estes eventos se tornem incêndios florestais de grande magnitude. Outro ponto que Fabiano destacou refere-se ao trabalho de formação de Brigada Voluntária Comunitária, onde se aborda a questão de manejo e uso do fogo e faz-se necessário o fortalecimento de toda



essa estrutura de combate a incêndios florestais, tanto nas comunidades como o próprio Estado ter equipamentos e pessoal que consigam combater incêndios de grandes proporções. Jonas Gonçalves perguntou se existe um planejamento de ações para os próximos meses que antecedem o período de maior risco de incêndios florestais. Fabiano informou que não há qualquer grande ação prévia, o que foi realizado é a capacitação e estruturação de pessoal espalhado pelo território do MBRN para uma ação mais pontual e enfatizou que não há uma estrutura territorial que consiga dar conta no combate a eventos de incêndio florestal de grande magnitude, citando como exemplo o uso de helicóptero.

Sobre a **Saúde das populações rurais ribeirinhas do baixo rio Negro**, Fernando José Herkrath (Fiocruz) explanou sobre os estudos em comunidades localizadas na margem esquerda do rio Negro, cujo objetivo é investigar as condições de saúde da população rural ribeirinha e a relação dessas pessoas com os serviços de saúde. Fernando apresentou os resultados referente a: 1) Saúde da criança: a) ocorrência de diarreia em crianças menores de dois anos de idade e na literatura diz que uma das causas pode ser a introdução alimentar precoce, o que foi identificado *in loco* esta prática, por exemplo de chá e água. A maior parte das comunidades não conta com água tratada, o que pode ter sido a causa de diarreia nas crianças por conta da alimentação precoce; b) risco de acidentes domésticos, como acesso facilitado a produtos químicos e de limpeza, bem como a objetos perfurocortantes e fios ou tomadas sem proteção. 2) Saúde do adulto: a) consulta com profissional médico: a maioria das pessoas afirmou terem ido ao médico nos últimos 12 meses, na própria comunidade. Muitos adultos afirmaram se deslocarem à Manaus para atendimento médico; b) prevalência elevada de condições crônicas entre adultos (acima de 18 anos), como hipertensão arterial sistêmica (17,9%), diabetes (5,9%), acidente vascular encefálico (3,1%). 3) Saúde da pessoa idosa: a) prevalência elevada de condições crônicas entre idosos (acima de 60 anos), como hipertensão arterial sistêmica (54%), diabetes (21%), acidente vascular encefálico (12%), dor lombar crônica (53%). Segundo o estudo, a maioria das pessoas idosas com dor lombar crônica não realizava qualquer tratamento. Aqueles que relataram algum tratamento, a maioria era medicamentoso. Foi identificada associação da dor com a ocupação em atividades agrícolas e pesqueiras. O estudo que verificou o desempenho físico dos idosos identificou baixo desempenho físico (56%), diminuição da força (50%), sinais sugestivos de fragilidade muscular (30%). Os idosos com melhor desempenho físico relataram maior uso dos serviços de saúde. Foram identificadas, ao longo dos estudos, diversos fatores que possibilitam risco de quedas em pessoas idosas, como: presença de tapetes escorregadios, desníveis, objetos espalhados pelo ambiente, móveis instáveis ou deslizantes, escadas com degraus irregulares e sem corrimão, iluminação inadequada, necessidade de subir em escadas ou outros móveis para acessar objetos no armário da cozinha ou despensa, guarda-roupas com cabides não acessíveis, banheiros sem qualquer tipo de apoio. Muitos desse fatores são passíveis de intervenção, prevenindo a queda da pessoa idosa. Sobre a vacinação contra a gripe (Influenza), quase 30% das pessoas idosas não tinham sido imunizadas, sendo a maioria relatou falta de informação sobre a vacina e outros por conta da falta de acesso aos serviços de saúde. 4) Saúde bucal: o resultado dos estudos indicou um grande número de pessoas que foi ao dentista a mais de 3 anos, além daquelas que nunca foram ao dentista. Em geral, o motivo para acessar os serviços de saúde bucal era dor de dente e alguns fatores estão relacionados à pessoa ir ao dentista, como a baixa disponibilidade do serviço e a capacidade de pagamento. Fernando ressaltou que, entre os adultos, há um número elevado de dentes perdidos (n=11,2), sendo altamente expressivo essa perda. Como desdobramentos, Fernando citou: a atenção primária oferecida pela ESF Fluvial ampliou o acesso aos serviços de saúde e mostrou-se efetiva para o controle de muitas condições; o papel estratégico da atuação dos agentes comunitários de saúde também foi evidenciado, pois eles residem no território. Fernando chamou a atenção para a necessidade de abordagens preventivas e monitoramento continuado, considerando as necessidades e especificidades das populações rurais ribeirinhas. Em relação ao projeto comunitário de saúde de Santa Maria, é um projeto piloto que busca atuar na saúde ribeirinha em parceria com as comunidades e vem tendo bons resultados. Outro projeto em elaboração diz respeito à avaliação nas comunidades ribeirinhas quais fatores estão relacionadas ao desenvolvimento das doenças crônicas a fim de propor ações mais assertivas e que atendam as



especificidades das regiões rurais. Marina perguntou se as doenças crônicas estão sendo tratadas com a medicina local (tradicional) e Fernando disse que houve pouco uso da medicina local e, em geral, associada à medicação alopática indicada pelo profissional da saúde. Segundo ele, pode ser sido uma questão da metodologia do estudo não ter conseguido captar essa informação. Raimundo Leite, como presidente da ACS da RDS Puranga Conquista, disse que não teve o conhecimento do desenvolvimento desta pesquisa e disse que todo o projeto em Unidade de Conservação deve ter a autorização da SEMA e perguntou sobre essa autorização e como vem sendo realizada a participação das comunidades. Em relação à medicina tradicional, Raimundo informou que acontece pelos comunitários em paralelo com o tratamento alopático. Fernando informou que tem a anuência para a realização das pesquisas e que também foram apresentadas em reunião de Conselho, porém disse que seria importante estabelecer uma maior proximidade com as comunidades, ter reuniões com os comunitários para que eles possam acompanhar o desenrolar das pesquisas. Raimundo esclareceu que a anuência deve ser dada pela SEMA, por ser uma Unidade de Conservação Estadual, parabenizou pela pesquisa e colocou a ACS e o Conselho Gestor da RDS Puranga Conquista à disposição para estreitarem uma parceria de ação com a Fiocruz. Angeline Amorim (SEMMAS Manaus) perguntou desde quando a SEMSA acessou as comunidades com a estratégia de uso do barco (UBS Fluvial) e com a periodicidade de uma vez ao mês e estaria havendo uma perda de conhecimento tradicional quando a pesquisa aponta que o tratamento é alopático em vez de uso da medicina tradicional. Fernando respondeu que não é possível afirmar se não houve o uso da medicina tradicional nas comunidades por conta da metodologia empregada na pesquisa que utilizou questionário com perguntas fechadas. No entanto, Fernando informou que há estudos em outras localidades que apontam para a perda de conhecimento tradicional (chás, benzimentos, etc.), principalmente nas gerações mais novas. Sobre a estratégia para abordagem das questões de saúde, Fernando disse que a SEMSA promove assistência às comunidades ribeirinhas a muito tempo e a estratégia atual se utiliza de dois barcos, ocorrendo a viagem uma vez ao mês por questões do custo da logística. Marco Antônio agradeceu a devolutiva e parabenizou pelas pesquisas realizadas no baixo rio Negro e informou que as anuências tanto da SEMA e SEMMAS Manaus estavam, na época, em ordem. Marco Antônio disse que seria interessante fazer um comparativo da assistência pela Atenção Básica entre as comunidades da Margem Esquerda que são assistidas por Manaus e Margem Direita que são assistidas por municípios menores, no baixo rio Negro, o que foi acatado pelo Fernando. Seu Peba chamou a atenção sobre a necessidade de acessar as políticas públicas no território de forma efetiva. Carlos Durigan (WCS Brasil) fez uma reflexão se não seria o caso de aprovar um Grupo de Trabalho de Saúde para tratar sobre o assunto no território do MBRN e buscar apoio para realizar um diagnóstico de estudos já realizados, somando ao trabalho da Fiocruz e levar mais informações às comunidades bem como fazer uma provocação às autoridades responsáveis pela pasta da Saúde e fomentar um trabalho de autogestão, principalmente para as questões preventivas. Carlos perguntou se a Fiocruz, no estudo piloto na comunidade Santa Maria, vislumbra também abordar outras questões relacionadas à saúde como, por exemplo, contaminação por mercúrio, zoonoses. Fernando comentou que a ideia do Grupo de Trabalho é muito boa e ajudaria muito na proximidade com as associações e, sobre a autogestão onde se considera o protagonismo da comunidade, vem sendo trabalhado no projeto piloto, porém ainda é inicial. Marianna Birmoser Ferreira-Aulu (Universidade de Turku - Finlândia) perguntou se há a intenção de trazer o conhecimento tradicional de forma mais explícita na pesquisa e Fernando disse que havia a expectativa de se ter essa devolutiva das comunidades, porém a forma como foi aplicado o questionário não houve o retorno satisfatório sobre essa questão.

Sobre os **35 anos de Mudanças na Paisagem do MBRN**, Marcelo Augusto dos Santos Junior (FVA) explanou sobre a análise feita na paisagem do território do MBRN, informando que foram utilizados dados do macrobioma para a cobertura da terra. As variáveis de cobertura da terra foram: formação florestal, pastagem, ocupação humana, mineração, outras lavouras temporárias, área queimada, desmatamento. A questão a ser abordada era o que ocorreu ao longo do tempo (1986 a 2020) na paisagem e, em relação à formação florestal, houve um incremento de área florestal em sete Unidades de Conservação, sendo elas: PARNA Jaú, PARNA Anavilhanas,



PERN Setor Norte, PERN Setor Sul, APA Margem Direita do Rio Negro, APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho. Em relação à área de pastagem, para o MBRN está aumentando, aproximadamente, 5,6 km<sup>2</sup> por ano, principalmente para a APA Margem Esquerda do Rio Negro – Setor Tarumã-açu-Tarumã-mirim, APA Margem Direita do Rio Negro, APA Tarumã-Ponta Negra e RDS do Rio Negro. Porém, a área de pastagem está em diminuição na APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho e PERN Setor Norte, para as demais UC os resultados não foram significativos. Marcelo destacou que, desde 2016, a área de pastagem atingiu seus maiores valores no MBRN, em 35 anos. Em relação à ocupação humana, ao longo do ano a área aumenta em 0,74 km<sup>2</sup> nas Unidades de Conservação APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho, APA Margem Direita do Rio Negro e APA Tarumã-Ponta Negra. Em relação à mineração, houve dados apenas para a RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi que apresenta um crescimento muito pequeno a cada ano. Em relação a outras lavouras temporárias, a área aumenta a cada ano em 0,02km<sup>2</sup> nas APAs e Marcelo comentou que a RESEX Unini não apareceu na análise, possivelmente, porque a área de lavoura pode estar classificada em outra categoria nos dados utilizados. Em relação ao desmatamento acumulado, a análise considerou todas as classes de uso da terra como mineração, agricultura, ocupação humana e pastagem numa única denominada desmatamento. O resultado mostrou que a área desmatada aumentou em 6,34 km<sup>2</sup> por ano, destacando que, em 2020, foi registrada a maior área de desmatamento ao longo dos 35 anos. Em relação à área queimada, apenas o PERN Setor Sul não apresentou registros de área queimada e na RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi a área queimada aumenta ao longo do tempo de forma significativa. Em relação a floresta secundária, os dados são absolutos e no MBRN a área total corresponde a 154,02 km<sup>2</sup>, sendo que a APA Margem Direita do Rio Negro responde por 78% do total de floresta secundária (120,23 km<sup>2</sup>). Em relação ao desmatamento anual e perda de carbono, nos anos de 2016 e 2020 foram registrados os maiores valores para desmatamento e perda de carbono. Todas as Unidades de Conservação apresentaram um aumento expressivo na área desmatada, em 2020, exceto para a RDS Amanã, e a APA Margem Direita foi a Unidade de Conservação que apresentou os maiores valores de área desmatada e perda de carbono, totalizando quase a metade da área total do MBRN. Considerando a área do MBRN e Região Metropolitana de Manaus, as mudanças no uso e cobertura da terra em 35 anos ocorreram próximas de cidades, comunidades, estradas, ramais, rios, lagos e da represa de Balbina. Marcelo ressaltou que as áreas com ocupação humana se encontram em uma constante expansão ao longo dos anos, em contrapartida com a área de formação florestal que continua diminuindo. Segundo as análises, algumas variáveis que influenciam no desmatamento como ocupação humana, hidrografia, rodovia federal e estadual, indicaram que quanto mais próximo destas variáveis, maior é a conversão da floresta em pastagem ou em área desmatada. Algumas conclusões: a) a influência da ocupação humana sobre a floresta de maneira geral se estende até 50 km de distância a partir da área de ocupação humana, tanto para pastagem quanto para desmatamento; b) a hidrografia influencia em ambas as classes (pastagem e desmatamento) em até, aproximadamente, 4 km de distância; c) a distância de influência para pastagem e desmatamento em rodovias federais foi de, respectivamente, 47 km e 24 km; d) a distância de influência para pastagem e desmatamento em rodovias estaduais foi de, respectivamente, 70 km e 23 km. Enrique questionou se há alguma confirmação em campo sobre os dados de mineração da RESEX Rio Branco-Jauaperi, pois desconhece qualquer ação de mineração no interior desta Unidade de Conservação e gostaria de ter o ponto de coordenada para checar *in loco*. Marcelo informou que pode ser um erro do classificador do macrobioma, pois a validação dos dados é um pouco insatisfatória. Marcelo se comprometeu em passar os pontos, considerando o pixel de 30 metros. Marcelo recomendou que leiam o relatório onde as análises são apresentadas para cada Unidade de Conservação do MBRN e seria muito bom se o MBRN pudesse contribuir com a validação dos dados do macrobioma.

**MEMÓRIA DA REUNIÃO NO 2º DIA (26 de julho de 2023)**



Marco Antônio Vaz de Lima fez a abertura do segundo dia de reunião do Conselho Consultivo do MBRN, dando boas-vindas aos participantes, tanto presencial como virtual. Em seguida, apresentou a programação do dia e deu prosseguimento à reunião.

Sobre o **Crédito rural, Pronaf e outros benefícios para a agricultura familiar e extrativismo em UCs**, Emily Gentil Vinhorte (IDAM) esclareceu que a documentação solicitada pelo IDAM é o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) para que o beneficiário tenha acesso às políticas públicas de Governo e, quando a família reside em Unidade de Conservação, é necessário que haja a comprovação da moradia, por meio da Declaração de Morador, que deve ser emitida pelo Órgão Gestor. Em relação às Unidades de Conservação da esfera federal, o ICMBio sempre encaminha a Declaração quando solicitado, já para as Unidades de Conservação da esfera estadual, existe um impasse para a emissão desta Declaração. Como houve alterações nas normas do Banco Central e, conseqüentemente, da AFEAM, para que os beneficiários tenham acesso a crédito rural, a atividade precisa estar contemplada no Plano de Gestão da Unidade de Conservação além de apresentar o CAF. Emily informou que o IDAM vem tendo dificuldade de ajudar as comunidades da RDS do Rio Negro a acessarem o crédito rural por conta de documentação, pois os moradores não conseguem da Declaração de Morador emitida pelo Órgão Gestor, documentação está exigida para o Cadastro. Emily distribuiu algumas cópias do modelo de declaração que é solicitada pela AFEAM e ressaltou a importância dos presidentes de associações e de comunidades se articularem junto aos Governos com o intuito de facilitar o acesso às políticas públicas, pois correm o risco de serem excluídos por conta das exigências de documentação. Também, solicitou que o Conselho do MBRN se manifeste junto aos Órgãos Gestores e Órgãos de Fomento em favor das associações e comunidades de forma que eles sejam contemplados pelas políticas públicas e não excluídos como vem ocorrendo. Francisco Borges (Seu Peba) se manifestou sobre o desrespeito que os moradores que residem em Unidades de Conservação sofrem por conta de não terem seus direitos garantidos e enfatizou que os moradores são os protagonistas que lutam para conservação das florestas e da biodiversidade, que não permitem a invasão em suas áreas protegidas. No entanto, seu Peba ressaltou que muitos moradores não conseguem a documentação necessária que é exigida para a aposentadoria, por exemplo, minando assim, os direitos garantidos em Constituição. Fabiano Silva (FVA) sugeriu que os técnicos do IDAM de Novo Airão façam uma articulação com o representante do IDAM no Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM), pois neste Conselho a AFEAM tem acento e seria um espaço interessante para se discutir estas questões e encontrarem um caminho para garantir o acesso a crédito rural, etc. Jaime Nery Jr. (SEMA) esclareceu que, as associações-mães podem emitir a Declaração, uma vez que são detentoras da CDRU, porém o impasse é que a AFEAM não está mais aceitando esta documentação e, por conta disso, sugeriu que os presidentes das associações-mães encaminhem para o e-mail de protocolo da SEMA solicitando uma reunião com o Secretário de Estado de Meio Ambiente, com a participação da AFEAM e IDAM para que discutam sobre as exigências de documentação (declaração de morador, plano de gestão de UC) para acesso às políticas públicas. Leila Matos (ICMBio) chamou a atenção para o modelo de documentação exigido pela AFEAM, que traz a frase "autorizado a contrair financiamento", e esclareceu que não compete ao Órgão Gestor autorizar qualquer pessoa a contrair um endividamento, seja qual for a agência de crédito, sendo esta decisão unicamente do indivíduo que busca pelo crédito em questão. Esclareceu que o ICMBio pode emitir a anuência de que o indivíduo é morador na Unidade de Conservação Federal, mas não autorizar a pessoa a contrair o empréstimo. Raimundo Leite sugeriu que todas as associações-mães unifiquem as declarações e que as mesmas tenham um selo de reconhecimento da SEMA, tornando assim, aceitas pelos Órgãos competentes para acessar os benefícios na esfera estadual, uma vez que, a SEMA não emite declaração de morador e a RDS Puranga Conquista ainda não tem seu CDRU. Francisco Oliveira (SEMA) complementou que, para as unidades de conservação que tem CDRU, a detentora deste documento é a Associação-mãe e, portanto, é ela quem deve emitir a declaração de morador de acordo com a lista de beneficiários da Unidade de Conservação, não sendo, portanto, de competência da SEMA esta emissão. Ressaltou que a CDRU é um documento oficial do Governo do Estado e qualquer documento emitido para fins



de aposentadoria, etc., baseado na CDRU tem validade nos Órgãos competentes. Francisco informou ainda que para os moradores que não estão na lista de beneficiários não há como emitir declaração de morador, pois envolve o reconhecimento determinado pela Justiça como morador da Unidade de Conservação. **Sugestão:** representantes das ACS da RDS Puranga Conquista e RDS Rio Negro participem de uma reunião com o Secretário de Estado de Meio Ambiente para tratar sobre as documentações que são exigidas pelos Órgãos para acesso a benefícios; moção a ser encaminhada para SEMA, CEMAAM, CONAMA e Banco Central, solicitando que a se dinamize o processo de emissão de documentação necessária para acesso a benefícios nas esferas estadual e federal bem como conceder maior autonomia às ACS para a emissão e validação de documentos. Foi **sugerido** pelo Jaime que a moção seja encaminhada após abertura de processo na SEMA para discussão do assunto e endossado pelo Marco Antônio.

Sobre a **Competências e Ações da Amazonastur para o Desenvolvimento do Turismo no Amazonas**, Emmanuelle Pampolha (Amazonastur) explicou sobre as principais competências conforme o Estatuto da Amazonastur, o organograma ressaltando as atribuições de cada Diretoria (Administrativo e Financeiro, Marketing, Negócios e Eventos, Desenvolvimento e Turismo). A Diretoria de Desenvolvimento e Turismo, da qual faz parte, se desenvolve em 4 eixos, sendo eles: 1) mapa do turismo brasileiro: com a inserção de 26 municípios do Amazonas inseridos no mapa; 2) expansão da malha aérea: articulação com as empresas aéreas para expandir a malha aérea de cargas e de passageiros; 3) participação de feiras e eventos: importância para divulgação dos destinos turísticos no Amazonas; 4) melhorias de infraestruturas: plataformas flutuantes para embarque e desembarque, ampliação de aeroportos. Emmanuelle discorreu sobre algumas ações desenvolvidas pela Amazonastur, como: Turismo em Movimento; Workshop Bem Receber; Cadastur que é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo; Ação Integrada principalmente com os Órgãos Ambientais de forma a coibir o turismo que envolve animais de forma ilegal; Plano de Ordenamento nas Comunidades Indígenas, envolvendo Cipiá, Tatuyo, Tuyuka e Diakuru: os eixos estratégicos abordados são fomento da atividade turística, gestão ambiental e melhoria de infraestrutura, manutenção da saúde e bem estar, regularização e documentação; entrega de Planos Municipais de Turismo; Qualificação Profissional em parceria com o CETAM; Apoio em eventos municipais. Emmanuelle apresentou a plataforma CAT Digital do Amazonas disponível para algumas cidades do Amazonas (Novo Airão, Manacapuru, Manaus, Parintins e Presidente Figueiredo) que disponibiliza informações turísticas ao visitante e falou como os empreendimentos jurídicos ou físicos podem se cadastrar na plataforma. Falou também sobre o programa Brilha Amazonas, onde kits de placas solares serão destinadas a associações, cooperativas que trabalham com atividades turísticas. Em relação ao cadastramento no Cadastur, Seu Peba chamou a atenção porque o comunitário desenvolve múltiplas atividades como agricultor, pescador e, também, em atividade turística, no entanto, muitos comunitários não podem se cadastrar no Cadastur porque são beneficiários do seguro-defeso por conta da atividade de pescador. Nailza (IPÊ) fez uma sugestão sobre o layout das placas a serem colocadas nas 04 comunidades indígenas, que identifique a localização das comunidades pois elas estão dentro de Unidades de Conservação e do território do Mosaico do Baixo Rio Negro e não há qualquer referência a isto. Clarice Bassi (SEMA Novo Airão) perguntou sobre quando seria a instalação de kits de placas solares nos estabelecimentos que se credenciaram no Edital, em específico, na comunidade Santo Antônio (RDS Rio Negro) e Emmanuelle esclareceu que os kits solares serão instalados quando os estabelecimentos estiverem aprovados e será levado em consideração a logística da operação. Vera Lúcia Garrido da Silva Filha (SEMINTUR) questionou por que a Amazonastur não está presente em comunidade, dando o exemplo, a comunidade Tumbira, localizada na RDS Rio Negro, que investe muito em turismo de base comunitária e não teve a oportunidade de se credenciar no Edital do programa Brilha Amazonas. Emmanuelle esclareceu que Associações estavam elegíveis para solicitar os kits de placas solares para os estabelecimentos turísticos e que todo esse equipamento pertence às Associações e, estando os estabelecimentos ativos, as placas serão instaladas. Em relação ao questionamento feito sobre a exigência de se ter um técnico para assinar o projeto caso fosse solicitado acima de um kit de placa solar por estabelecimento,



Emmanuelle disse que é preciso ter parceria e citou o exemplo da Prefeitura de Presidente Figueiredo que contratou um técnico para elaborar os projetos de forma a atender o Edital. Em relação ao questionamento feito por Raimundo (ACS Puranga Conquista) sobre os trâmites na Amazonastur para a instalação de placas solares nas comunidades Tatuyo e Cipiá, uma vez que não foi feito o Cadastur e a ACS não tem o CDRU, portanto, não poderiam ser contempladas pelo programa Brilha Amazonas e Emmanuelle esclareceu que ambas as comunidades estão inseridas no Plano de Ordenamento e, portanto, estão aptas para receberem estruturas físicas, como painéis solares, atracadores, etc., destinadas à atividade turística e que estas estruturas não estão vinculadas ao programa Brilha Amazonas. Viceli Siqueira da Costa (presidente da ACS Rio Negro) perguntou se a Amazonastur tem informação de quais empresas podem operar a atividade de turismo na região do lago do Acajatuba, na RDS do Rio Negro e foi esclarecido que a Amazonastur tem a relação de empresas que foram cadastradas e, em relação a autorização de entrada em Unidade de Conservação, essa é emitida pelos gestores das Unidades de Conservação, portanto, são os Órgãos Gestores, os detentores da informação solicitada. Por fim, Marco Antônio falou que o Conselho do MBRN vem passando por um período de reestruturação em sua composição e citou que a Amazonastur é um Órgão que vem sendo cogitado pelos conselheiros para ter um acento no referido Conselho, o que foi endosso por Ricardo Pedroso (Amazonas Cluster) pela importância da Amazonastur na região do Mosaico do Baixo Rio Negro e pelas reivindicações dos atores sociais que atuam na região.

Sobre a **Cidade Inteligente e outras ações da Secretaria de Turismo**, Vera Lúcia Garrido da Silva Filha (SEMINTUR) explanou sobre a gestão da inovação na administração pública, voltada para a estratégia de desenvolvimento do município de Novo Airão. Falou sobre o fortalecimento da governança que envolve gestão da economia, parcerias (com SEBRAE, Corpo de Bombeiro, CETAM, etc.), elaboração do Plano de Gestão do Turismo, reformulação das Leis do Turismo de acordo com a realidade do município, criação do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal de Turismo, proposta de lei da Zona Especial de Turismo, projetos Novo Airão, a cidade inteligente da Amazônia e Cidade Empreendedora. Como resultado das parcerias estabelecidas, tem-se: investimento em capacitação, acesso a linha de crédito (AFEAM, etc.), evento Visite Mais Novo Airão, Seminário Municipal de Turismo Sustentável, investimento em Turismo Desportivo (AirãoMan, Triathlon e Rio Negro Experience), APP de Turismo, rota de grandes produções (Netflix e Rede Globo), grandes investimentos do setor hoteleiro. Em relação à Cidade Inteligente, Novo Airão foi inscrito no Programa Turismo Brasil lançado pelo SEBRAE Nacional e foi selecionado, como consequência, diversas ações vem sendo desenvolvidas, dentre elas tem-se: desenvolvimento do aplicativo Airão HUB, criação do domínio e site institucional, parceria com o Polo Digital de Manaus, Lançamento da Cidade Empreendedora (parceria com o SEBRAE/AM), incentivo aos segmentos do turismo e tendências locais (ecoturismo, aventura, desportivo, cultura). Dentre as ações da SEMINTUR, Vera Lúcia citou: participação em feiras e eventos de turismo; Seminário Municipal de Turismo; ações nas comunidades ribeirinhas com tendências turísticas; ações de manutenção e trilha em parceria com o DEMUC e ICMBio; limpeza diária da praia do Porto; apoio, acompanhamento e fiscalização dos pontos turísticos municipal; busca de parcerias para ações de fomento ao turismo e ao empreendedorismo; realização do AirãoMan Triathlon no PARNA Anavilhanas e do Rio Negro Challenge Experience Anavilhanas (maratona aquática); apoio à experiência Caminhos do Rio Negro – excursão de caiaque; apoio na regularização da pesca esportiva no ria Apuaú; equipe de atendimento no CAT e no Portal da entrada do município; apoio nas ações de ordenamento das praias; apoio nas ações de limpeza de áreas com lixo; apoio financeiro ao turismo e cultura para participações em eventos que divulgam Novo Airão; busca por ações inovadoras em prol do desenvolvimento de Novo Airão; responsabilidade social com dois projetos em andamento (Bombeiro Mirim em parceria com o Corpo de Bombeiro, Núcleo de Cidadania dos Adolescentes em parceria com a UNICEF, Triathlon na Floresta Kids em parceria com a Escola Mário Soares Sports); Sala do Empreendedor e Cidade Empreendedora, em parceria com o SEBRAE/AM; elaboração do projeto Polo Moveleiro para a Associação Itaúba em parceria com outras Instituições.



Sobre a **Caça e monitoramento de vertebrados terrestres na RDS Rio Negro**, Dayse Swelen da Silva Ferreira (Doutoranda do INPA), contextualizou sobre as discussões ocorridas, em 2016-2017, em relação à realização de um diagnóstico sobre caça e fauna presente na RDS do Rio Negro. A convite do então gestor da RDS, Pablo Pacheco, o Grupo de Pesquisa de Mamíferos Amazônicos realizou uma visita à Unidade de Conservação para avaliação das possibilidades de trabalho que poderiam ser realizadas na área. Dayse falou sobre os fatores antrópicos, ambientais e bióticos que podem influenciar a ocorrência das espécies numa região. Ressaltou que identificar as espécies e compreender o contexto local do uso da fauna, assim como a interação das espécies no ambiente são importantes para planejar o uso da terra, subsidiar planos de ação, prever respostas frente a mudanças e tomar decisões. Diante da questão de quais espécies são utilizadas pelas comunidades e como elas estão no ambiente, a pesquisa utilizou-se de entrevistas e armadilhas fotográficas, ao longo de 2019 e 2020. Foram entrevistadas 79 pessoas, onde o questionário abrangeu questões sobre perfil econômico e informações de caça (distância, local, espécies caçadas) e foram definidos 68 pontos de amostragem com a instalação de armadilhas fotográficas em três regiões da RDS, que contou com a ajuda dos comunitários. Juntando os dados das entrevistas e armadilhas fotográficas, foram identificados 93 vertebrados: 45 mamíferos (sendo 6 espécies classificados como ameaçados), 28 aves, 17 répteis, 2 peixes, 1 anfíbio. Em relação à caça, esta ocorre mais voltada para o consumo e as espécies mais citadas foram: paca, cotia, anta, cateto, queixada, tatu, veado. Sobre os dados da armadilha fotográfica, as espécies mais registradas foram, gambá, cotia, cotiara, esquilo, veado. Durante o campo, foi possível registrar 4 indivíduos de cachorro-vinagre. Dentre as ameaças identificadas na RDS do Rio Negro, tem-se: retirada ilegal de madeira, caça ilegal realizada por madeireiros, invasões e venda de terras na região de ramais (por exemplo, ramal do Uga Uga), turismo predatório (venda de animais silvestres), caça predatória com uso de cães. Dayse chamou a atenção da presença de famílias que residem na região dos ramais e são parceiros nas atividades de pesquisas, vivem da floresta e se consideram protetores na região. Ela enfatizou que essas famílias também sofrem ameaças feitas pelos invasores da área. Como considerações, tem-se: a caça é voltada para a subsistência das famílias; considerar fatores socioeconômicos nas pesquisas; manter o monitoramento com câmeras e avaliar o consumo de animais; realizar ações de fiscalização para coibir as invasões, retiradas de madeira e caça predatória.

### **MEMÓRIA DA REUNIÃO NO 3º DIA (27 de julho de 2023)**

Sobre os **produtos do Projeto Rotas e Pegadas**, Fabiano esclareceu que um deles é o aplicativo PEGADAS, com lançamento previsto para setembro. Na contratação para o desenvolvimento do aplicativo estava inserido a sua identidade visual e, ao longo do projeto, alguns produtos de comunicação do aplicativo foram gerados. Fabiano complementou que foi iniciada o desenvolvimento da identidade visual do Projeto Rotas e Pegadas e um conjunto de materiais institucionais do projeto para o Conselho do MBRN, como mochila, camiseta, bonés, adesivos. Por ora, tem-se os produtos do aplicativo PEGADAS como camiseta, boné e caderno de anotação que foram desenvolvidos com apoio também do Serviço Florestal Americano. Fabiano explicou que o designer contratado irá gerar 3 opções de logo que será compartilhado no grupo do MBRN para votação da identidade visual que mais tem preferência do grupo. Ingrid Fagundes (FVA) atualizou sobre o desenvolvimento do aplicativo e informou que em agosto haverá a reunião para teste do aplicativo PEGADAS. Em seguida, fez a entrega do kit de produtos aos conselheiros titulares e suplentes do MBRN.

Sobre o **processo de indenização às famílias que saíram do PARNA Jaú**, Leila Matos esclareceu que as famílias foram retiradas da área sem qualquer cuidado e, em nome do ICMBio, pediu desculpas a todas elas pela forma como foram tratadas. Informou que na revisão do Plano de Manejo do PARNA Jaú, as áreas ocupadas pelas famílias nas comunidades estão classificadas como Área Divergente, ou seja, são áreas que divergem da categoria da Unidade de Conservação, entretanto, existe um marco legal em relação ao uso e permanência dessas famílias no local. Quanto aos processos de indenização, Leila solicitou ao Acácio que passe o número do



processo ou algum documento da época em que sua família foi retirada da área do PARNA Jaú para que se possa fazer uma busca no Sistema de Informação Eletrônico do Governo Federal para saber em qual situação se encontra o referido processo. Marco Antônio informou que será dada uma resposta oficial sobre a demanda feita pelo Acácio sobre este assunto de indenização.

Sobre os **Desdobramentos da execução da decisão judicial sobre os flutuantes instalados no Rio Tarumã-Açu**, Angeline Amorim (SEMMAS/Manaus) apresentou as Unidades de Conservação municipal de Manaus, localizadas tanto na cidade como na zona rural, abrangendo todas as microbacias da cidade. No MBRN, estão inseridas duas Unidades de Conservação, a APA Tarumã-Ponta Negra e a RDS do Tupé. Angeline falou sobre o histórico de ocupação na área do Corredor Ecológico Urbano das Cachoeiras do Tarumã, na beira do rio por pessoas de alto poder aquisitivo. Já na APA Tarumã-Ponta Negra, a ocupação fluvial por flutuantes, que é considerada estrutura pelas normas da Marinha do Brasil, porém deve ter todo os cuidados com o meio ambiente. Estima-se que ao logo dos anos estabeleceram, em torno de, 1000 flutuantes no rio Tarumã-açu, com diversas finalidades (residencial, comercial, serviços) sem qualquer supervisão, quer seja do Governo Federal, Estadual ou Municipal. Na época da seca, surgem as praias no rio Tarumã-açu e, por conta disso, vem ocorrendo conflito com os flutuantes que ficam próximos às praias. Fabiano complementou que o rio Tarumã-açu tem uma estrutura de governança que é o Comitê de Bacias e sugeriu que seria interessante convidar o Comitê de Bacias para dialogar com o MBRN a fim de juntar esforços para avançar no ordenamento da área e complementou que a FVA tem um volume expressivo de informações sobre o rio Tarumã-açu. Fabiano ressaltou ainda que na região além dos flutuantes há indústrias que despejam desejos na bacia do Tarumã-açu. O local é um dos principais pontos de lazer da população que compete com os múltiplos usos entre turismo, especulação imobiliária, desenvolvimento industrial e o Comitê de Bacias tem um ponto central que é a cobrança pelo direito de acesso à água dessa Bacia e, por conta disso, há uma motivação muito grande do Estado em se ter o Plano de Gestão para abrir precedentes para cobrança e para regulamentação ao uso da água da Bacia do Tarumã-açu. Angeline falou sobre os principais impactos identificados na Bacia por conta dos empreendimentos lá estabelecidos, como: alteração nos padrões físico-químicos da água, desequilíbrio ecológico, perda na variedade do pescado para os ribeirinhos, poluição visual, dentre outros. A realidade atual é que existe, em 14 de julho de 2023, uma decisão judicial obrigou a SEMMAS de Manaus a notificar os flutuantes que finalizem suas operações no rio Tarumã-açu, o que promoveu um grande impasse com os proprietários dos flutuantes que se articularam para garantir a permanência deles no local. A decisão judicial de 20 de julho de 2023, decide que a SEMMAS de Manaus deve proceder com a retirada e desmonte dos flutuantes. Claus questionou do porquê apenas a SEMMAS foi obrigada numa decisão judicial a retirar os flutuantes, sendo que a responsabilidade deveria ser compartilhada com o Estado e a União e, também, teria que considerar uma outra área para recreação destinada aos munícipes de Manaus. Angeline disse que essa é a questão também da SEMMAS e não há uma resposta, no momento, mas haverá um desdobramento sobre o assunto. De acordo com o levantamento, o custo da operação na Fase de Notificação gira em torno de 236 mil reais e não se tem o custo de operação para a Fase de Desmobilização e Desmonte, que envolverá equipamentos (balsa, rebocador, caminhão, etc.) e mão-de-obra (carpinteiro, soldador, ajudantes, vigilantes) e Angeline enfatizou que a APA Tarumã-Ponta Negra é a entrada e saída do MBRN, bem como tem grande importância para a cidade de Manaus. Acácio perguntou se a Prefeitura irá realocar ou indenizar as famílias que serão retiradas dos flutuantes e Angeline informou que os flutuantes se estabeleceram no local de forma ilegal e sem qualquer cuidado para evitar contaminação do ambiente e nem contribui com o pagamento de impostos, neste caso, não haverá qualquer indenização. Seu Peba chamou a atenção que as edificações de classe alta (mansões) também deveriam ser notificadas e Angeline informou que, posterior a ações de ordem judicial, o IPAAM irá investigar a construção de edificações de classe alta no local. Marco Antônio informou que houve uma reunião entre representantes da Associação dos Flutuantes, do Comitê de Bacias, o Diretor-Presidente do IPAAM e o Secretário Estadual da SEMA e nesta reunião o Secretário da SEMA afirmou que a SEMA não tem nada a ver com a situação dos flutuantes e o representante do IPAAM



afirmou que só é responsável pelo licenciamento de posto de combustível flutuante e restaurante, portanto, a SEMMAS de Manaus tem autonomia e competência para licenciar os demais flutuantes de acordo com o seu uso. Marco Antônio reconhece a responsabilidade da SEMMAS, que já havia sido avisada anos atrás do problema e não tomou qualquer providência para impedir a instalação dos flutuantes no decorrer dos anos. Suzy Simonetti (UEA) perguntou se a SEMMAS pode recorrer da decisão judicial e Angeline informou que a SEMMAS já está tomando as providências cabíveis. Marianna perguntou se haveria algum local em Manaus para estruturar com banheiro, etc., e remover os flutuantes para este novo local, pois o custo seria menor e Angeline disse que, na atual conjuntura, é preciso parar tudo a fim de possibilitar abertura de conversa entre todas as partes interessadas e a grande maioria dos flutuantes é para uso comercial sem qualquer cuidado com o ambiente e também não contribui com os impostos. Leila informou que, pela Lei de Crimes Ambientais, em áreas embarcadas o responsável pelo estabelecimento fica responsável em retirar toda a estrutura, o Poder Público pode realizar a retirada, mas a despesa fica por conta do proprietário e não do Erário.

Sobre o **Resumo das atividades de turismo do Projeto Rotas e Pegadas**, Pedro Nassar (IDSM) discorreu sobre as atividades ocorridas como: 1) Seminário de mapeamento dos atributos e desenvolvimento aos roteiros, ocorrido em julho de 2022; 2) Reconhecimento de campo no período de cheia e na seca, com a equipe composta por Pedro (IDSM), Suzy (UEA) e Josângela (ICMBio), onde realizaram a visita em várias comunidades e atrativos turísticos e coleta de informações; 3) Oficina de roteiros integrados de visitação do MBRN, para complementação de informações sobre as comunidades e atividades turísticas bem como informações sobre logística; 4) Intercâmbio de projetos de implementação de turismo em Mosaicos; 5) Participação online no X SAPIS- V ELAPIS; 6) Oficina de capacitação para condutores ambientais; 7) Oficina na RDS Amanã – setor Lago Amanã, com a participação de cinco comunidades. Pedro informou que todas as informações coletadas serão consolidadas no site do MBRN. Fábio (SEBRAE/AM) chamou a atenção para a importância de estabelecer uma ligação com os operadores e agências de turismo considerando a comercialização dos produtos e serviços, o que foi corroborado por Nailza. Ela falou sobre a experiência de terem criado uma plataforma para divulgar as iniciativas de turismo de base comunitária e enquanto havia recurso financeiro no projeto destinado a alimentar a plataforma com informações dar um feedback às pessoas, a plataforma funcionava. Após um tempo a plataforma foi extinta, pois não havia um responsável para responder às perguntas ou continuar alimentado com novas informações. Diante disto, Nailza perguntou como será a dinâmica de alimentação das informações no site do MBRN, uma vez que, a ideia é utilizar a plataforma do ATLAS do MBRN. Pedro disse que isso é de fato, uma questão a ser considerada e Marina complementou que, a princípio, as informações estarão vinculadas a contatos para que o visitante possa fazer sua escolha e ele mesmo entrar em contato direto com operadores de turismo, comunitários, etc. Claus fez uma **sugestão** para a manutenção da plataforma, onde os operadores de turismo, prestadores de serviço contribuiriam com uma mensalidade para ter as informações divulgadas. Enrique solicitou que seja apresentado o boneco do site quando for possível antes de estar finalizado, pois gostaria de contribuir e, na sua opinião, o site precisa ser dinâmico porque as informações de contatos mudam ao longo do tempo. Marina informou que o boneco do site será apresentado na próxima reunião do MBRN, dando oportunidade a todos para contribuírem com a sua construção. Em relação aos questionamentos sobre atualização das informações no site e governança, Marina informou que, posteriormente, poderia ser criado um Grupo de Trabalho para definição de quais informações estarão disponíveis no site, quais pessoas terão acesso ao site para realizar as atualizações, etc. Nailza aproveitou o momento para solicitar seu ingresso na Câmara Técnica de Visitação, da qual já fez parte, mas saiu quando se mudou para outro município. Ricardo parabenizou a equipe pelas informações levantadas e ressaltou que será importante vincular os prestadores de serviço ao Cadastur, pois a legislação não permite, além de agência de viagem e hotel, que outros intermedeiem venda de passeios como guias, comunitários, etc., estes são fornecedores de serviços, por fim, chamou a atenção para a segurança de acesso às informações quando se envolve muitas pessoas. Suzi Simonetti informou que, ao todo, foram 24 comunidades visitadas cujo objetivo era proporcionar uma mostra aos visitantes sobre os atrativos



turísticos e passeios que são oferecidos no MBRN, ressaltou que são muitas iniciativas e, durante o campo, foram observadas as necessidades que as iniciativas precisam para se aperfeiçoarem como: infraestrutura, formação e qualificação do pessoal, cursos voltados para resolução de conflitos internos para que as famílias trabalhem de forma cooperativas e não competitiva. Suzi endossou a necessidade dos estabelecimentos estarem regularizados junto à Amazonastur. Diego Gobbo complementou que é preciso estimular uma participação colaborativa para a manutenção do site e sugeriu de estabelecer alguns roteiros prévios para colocar no site para facilitar a escolha pelos visitantes, pois no site haverá muitas possibilidades de roteiro. Pedro esclareceu que além dos atrativos turísticos o site incluirá o trade turístico para que o cliente possa entrar em contato direto com as agências de turismo e rede hoteleira que vendem os passeios. Marina complementou que o site funcionará como uma vitrine tanto para divulgar os atrativos turísticos como também terá informações que possam possibilitar a potenciais financiadores a querer auxiliar as comunidades e trabalhar em parceria com elas, por exemplo, em implementar infraestruturas em suas localidades para melhorar o serviço do turismo de base comunitária. **Como sugestão**, Jonas disse que seria interessante a plataforma poder se vincular a outras plataformas como forma de parceria com operadores para terem acesso aos roteiros e atrativos e, em troca, contribuiria com algum valor para acesso à plataforma do MBRN.

Sobre o **Relatório da gestão atual da ACS Rio Negro**, Viceli Siqueira da Costa falou de sua trajetória como presidente da ACS, que foi criada em 2009 e, atualmente, conta com 865 sócios (402 homens, 463 mulheres). Viceli apresentou o organograma da ACS que conta com a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal e falou sobre a avaliação no ranking das associações, em 2018, como sendo negativa em comparação com ACS de outras Unidades de Conservação, o que foi questionado por ele. De acordo com o panorama, Viceli disse que foi importante criarem uma Missão e Visão da ACS de forma orientar na elaboração de ações e, dentre os principais projetos apoiados, Viceli citou: Tele Saúde, Sempre Luz, Conservação e Manejo de Quelônios da RDS do Rio Negro, Monitoramento da Biodiversidade, Ação de entrega de ticket Alimentação, Censo da RDS, Projeto LIRA Rotas e Pegadas, Acordo de pesca do Lago do Acajatuba, Apoio e presença em todas as ações junto à SEMA (parceira da ACS). Dentre os projetos elaborados pela ACS, tem-se: Feira Sustentável da RDS do Rio Negro envolvendo 8 comunidades (20 famílias) onde foi comercializado produtos da agricultura familiar, artesanatos, gastronomia e biocosmético; Quelônios do Rio Negro, com apoio do Fundo da Embaixada da Nova Zelândia, são 2 anos de projeto, com 7 comunidades envolvidas (10 monitores credenciados e 12 voluntários ribeirinhos) e 34 voluntários de outras regiões (turistas), no período de 2022 e 2023, que pagam para participar das atividades do projeto e o recurso é investido no projeto; Jogos na Floresta com recurso da própria ACS, envolvendo as 19 comunidades da RDS e as categorias de jogos foram: futebol, voleibol, dominó, dama, estilingue, canoagem, pênalti e cabo de guerra. Como principais demandas para 2023 tem-se Assembleia Geral e Eleição, continuidade do Projeto Conservação e Manejo de Quelônios da RDS Rio Negro, fortalecer as cadeias de turismo, pesca, agricultura, produtos madeireiros e não madeireiros, continuidade do projeto Sociocultural Jogos na Floresta e projeto Viveiro de mudas originárias da Amazônia. Viceli chamou a atenção para o volume do lixo na região, principalmente o que fica submerso, e que é preciso dar atenção a esta situação. Enrique, Nailza, Marina parabenizaram Viceli pela atuação e ações desenvolvidas pela ACS e pela desenvoltura dele e recomendaram que ele possa ser mentor e servir de inspiração para outros moradores.

Sobre as **Atividades da CAMURA 2022 e 2023**, Ian Leite do Santos informou que se tem um total de 113 entre localidades e comunidades. Apresentou o objetivo da CAMURA e as atividades realizadas, como: reunião da Assembleia Geral da RDS Amanã; apoio à geração de renda de cadeia produtiva como o grupo de artesãs de Argila das Amazonas (Comunidades São Sebastião do Repartimento e Nova Olinda); visita nos setores da Unidade de Conservação com o objetivo de compartilhar informações e ouvir demandas das comunidades, organizar e fortalecer as obrigações da Diretoria; formação de lideranças jovens apoiado pelo Projeto Rotas e Pegadas, executado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; apoio ao projeto escolar Jovens



Estudantil que é uma parceria com as escolas e ajuda com medalhas e premiações para as diversas modalidades; reunião de planejamento da Diretoria Executiva. Diversos conselheiros parabenizaram Ian pela execução das ações e desenvoltura como jovem liderança.

Em relação à **Aprovação da Ata da 27ª Reunião do Conselho do MBRN**, Marina abriu para correção, alterações e posterior votação. A votação foi feita pelos conselheiros titulares e, na ausência destes, pelos suplentes e, ao final da votação, a Ata foi aprovada pelos conselheiros. Marina aproveitou o momento para agradecer a todos pela confiança e apoio enquanto esteve na frente da Diretoria Executiva do MBRN

Sobre a **Composição do Conselho Consultivo do MBRN**, Marco Antônio apresentou quais são as Instituições que compõem o referido Conselho que está publicado: representantes de UC Federal de Proteção Integral e de Uso Sustentável (ICMBio – 2 cadeiras), representante de UC Estadual (SEMA - 2 cadeiras), representante da RDS do Tupé (SEMMAS Manaus - 1 cadeira), representante de um dos município onde estão localizadas as UC (SEMINTUR/SEMMA - 1 cadeira), representante dos povos indígenas da região (Cipiá/Maku Itá - 1 cadeira), representante do Conselho da Reserva da Biosfera da Amazônia Central (SEDECTI – 1 cadeira); representantes de organizações de base atuantes na região de influência do Mosaico (FOPEC/ACS Rio Negro/AMORU/STTRNA – 4 cadeiras); representante de organização não governamental ambientalista, atuante na região de influência do Mosaico (FVA/IPÊ – 1 cadeira); representante do setor empresarial, atuante na região de influência do Mosaico (SEBRAE/Cluster – 1 cadeira). Como proposta da recomposição do Conselho Consultivo do MBRN, Marco Antônio apresentou: a) Governamental: 1 representante das UC federais; 1 representante das UC estaduais; 1 representante da UC municipal de Manaus; 2 representantes dos municípios onde está localizado o MBRN; 1 representante da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia; 1 representante do Órgão Estadual de Turismo; 1 representante da Academia. b) Não Governamental: entidade de base comunitária da sub-região 1 (RDS Puranga Conquista e RDS do Tupé); entidade de base comunitária da sub-região 2 (RDS do Rio Negro); entidade de base comunitária da sub-região 2 (PERN Setor Norte e RESEX Unini); entidade de base da sub-região 4 (RDS Amanã); entidade de base das sedes municipais; 1 representante dos povos indígenas da região; 2 representantes de organização não governamental atuantes na região de influência do Mosaico; 1 representante do setor empresarial atuante na região de influência do Mosaico; 1 representante dos jovens. **Como encaminhamento**, compartilhar a proposta de composição do Conselho Consultivo no grupo do MBRN para análise e comentários.

**Como informes**, tem-se: 1) Gripe aviária: Enrique Salazar (ICMBio) apresentou um folder sobre a Influenza aviária devido ao crescente caso de gripe aviária pelo Brasil e instruiu as pessoas que notarem qualquer ave com sintomas de doença, comportamentos atípicos, problemas intestinais ou mortas, não tocar no animal e fotografar, se possível, com as coordenadas e enviar ao ICMBio – NGI Novo Airão para que a equipe possa tomar as devidas providências.